

TRANSTORNOS DE LINGUAGEM: UM OLHAR DOCENTE PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

LANGUAGE DISORDERS: A VIEW OF TEACHERS FOR EDUCATIONAL PRACTICES

Rogério Nogueira de MESQUITA¹

Gilmar DIAS²

RESUMO: esse artigo empreende uma breve visualização da Educação Especial e Inclusiva no município de Rio Branco, Acre, focando especialmente os procedimentos utilizados por docentes para incluir, em suas práticas de sala de aula, alunos diagnosticados com Transtornos de Linguagem. Para alcançarmos esse objetivo, ancoramo-nos na pesquisa colaborativa, focando coletas em campo. Participaram do estudo, docentes do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º anos de um colégio de EBTT da rede pública de ensino. Os resultados permitiram observar e acompanhar o processo de execução de alguns serviços educacionais especializados na escola estudada. Também foi possível constatar que são múltiplas as ações empregadas pelos docentes para promover a inclusão escolar, em suas aulas, não somente os alunos diagnosticados com transtornos de linguagem, mas também todos os outros com os mais variados tipos de deficiência, buscando atender as limitações dos discentes, e também o que está estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Metodologias de Ensino. Práticas de Ensino.

ABSTRACT: this article got a brief visualization of Special and Inclusive Education in the municipality of Rio Branco, Acre, focusing especially on the procedures used by teachers to include students diagnosed with Language Disorders in their classroom practices. To reach this goal, we anchor ourselves in collaborative research and field activity. The study included primary school teachers from first to 5th year and from 6th to 9th grade from an EBTT college of the public school system. The results allowed observing and monitoring the process of execution of some specialized educational services in the studied school. It was also possible to verify that there are multiple actions taken by teachers to promote school inclusion in their classes, not only students diagnosed with language disorders, but also all others with the most varied types of disabilities, seeking to meet the limitations of students, and also what is stipulated in the Law of Guidelines and Bases of National Education.

KEYWORDS: Special Education. Teaching Methodologies. Teaching Practices.

INTRODUÇÃO

A ação mundial pela educação inclusiva é uma obra que contempla diversos âmbitos, desde as políticas voltadas ao acesso e permanência, até as práticas culturais e pedagógicas. Essas têm sido realizadas em defesa de todos os alunos, garantindo-lhes o direito em poder estar inserido no meio social sem discriminação. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, “realiza o atendimento educacional especializado e disponibiliza os recursos e serviços, e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2010, p. 21).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Pós-Graduado em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Educacional da Lapa (FAEL); Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Acre (UFAC); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGÊNERO). Contato: rogerio_vitorioso@yahoo.com.br

² Administrador, matemático, tecnólogo em processos gerenciais, pedagogo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); mestre em educação; especialista em educação a distância e em administração financeira e informatização; docente da pós-graduação da Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Contato: gilmar.dias@fael.edu.br

Ao reconhecer que são grandes os obstáculos encontrados para inserir, no universo escolar, crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de deficiência, evidencia-se a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e, desse modo, buscar alternativas para superar esse contexto. Com isso, nas últimas décadas, em diversas esferas, o poder público tem buscado garantir, por meio de marcos políticos, os direitos fundamentais a esse público. A Constituição brasileira, em seu art. 208, III relata: [...] “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Assim, evidencia-se que mais que um direito humano, a inclusão de pessoas é um direito fundamental, constituindo a inclusão escolar, uma obrigação do Poder Público.

Nessa perspectiva, para a realização do presente estudo, buscou-se ancoragem na seguinte questão: como e quais são os procedimentos utilizados pelos docentes da rede estadual de ensino básico do município de Rio Branco, para promover a inclusão escolar de alunos diagnosticados com transtornos de linguagem? Desse modo, procuram-se identificar as estratégias utilizadas pelos docentes regentes nos níveis de Ensino Fundamental I e II de um dos Colégios em especial. -

Não se pode negar que o fazer docente necessita, dia após dia, de novas práticas educativas, para que se possa acompanhar o desenvolvimento do discente envolvido no processo de aprendizagem. Muitos são os fatores que influenciam nas mudanças de práticas já existentes. Estes podem ser de ordens sociais, culturais, econômicas entre outras. Porém, os que mais são observados são os aspectos socioculturais, pois, a partir da vivência dos alunos, e do seu contexto social é que se podem elaborar possíveis intervenções pedagógicas que venham ao encontro das necessidades e particularidades de cada indivíduo.

Assim, para que possamos dar prosseguimento, faz-se necessário lembrar que o processo educativo, ainda nas sociedades primitivas, constituía-se basicamente por métodos informais, onde os valores culturais eram transmitidos de geração para geração. Muito antes de Cristo, há relatos de que a escrita surge a partir de esboços realizados em paredes de cavernas. Giles (1987, p. 6) escreve que, nesse período:

É quase impossível enxergar a importância utilitária da invenção da escrita, pois esta, através dos símbolos, permite aumentar extraordinariamente a carga de informações disponíveis ao indivíduo e à sociedade. Porém, mais importante ainda, permite à sociedade conservar o passado coletivo de forma estável. Até esse momento, transmitiam-se as tradições e os costumes da sociedade oralmente. A preservação de todo o patrimônio cultural dependia tão-somente da memória.

Dessa forma, a escrita surge como mecanismo de auxílio para o homem, tornando os fatos menos vulneráveis ao esquecimento, e também era uma forma de deixar registrados os fatos históricos para as gerações futuras. Durante muito tempo, no mundo medieval, a escrita foi restrita somente aos filhos do clero e nobreza, ou uns e outros que tivessem vínculo com estes. “Mesmo entre esses, a escrita e a leitura não eram dominadas por todos. O estudo não preenchia apenas espaços entre o trabalho e as orações, mas era incentivado em ocasiões especiais, nos dias de feriados e de jejuns (DIEL, 2017, p. 4)”.

Em território brasileiro, no contexto econômico e cultural, durante o período colonial, a economia era pautada, principalmente, na exportação de produtos primários. Nesse âmbito, o escravo era a principal peça para a atividade econômica da época: a produção do açúcar.

Primeiramente, o que havia era uma mistura de povos, costumes e valores, pela miscigenação de índios, negros e o homem branco, o qual era considerado “superior” aos demais. “A historiografia da escravidão tem sido amplamente estudada, no entanto, há ainda lacunas quanto à educação dos escravos. A legislação proibia a escolarização de crianças escravas e não de crianças negras livres (BASTOS, 2016, p. 4).”

Após esse período, muitas foram as transformações que o processo educativo veio sofrendo ao longo do tempo. Desse modo, Costa (2009, p. 249) afirma:

A educação é, com certeza, um dos principais pilares que sustentam uma sociedade democrática. Durante os últimos 200 anos da instalação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil, muitas políticas pedagógicas e de inclusão social foram criadas.

Adentrar a um ambiente escolar e observar a harmonia entre os educandos, de modo que todos se sintam incluídos, é motivo de orgulho para todos; mas convém lembrar que nem sempre foi assim. As formas atuais da sociedade se relacionar com as pessoas com deficiência é fruto de conquistas dessa mesma sociedade. Jönsson (1994, p. 3), explana:

Diversos autores afirmam que, até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, nenhuma atenção educacional era promovida.

A prática mencionada perdurou até a ciência evoluir ao ponto de se obterem novas descobertas no campo da medicina, ciência na qual, inicialmente, as pessoas com deficiência passaram a serem contempladas, objetivando a descoberta de seus problemas e a busca de possíveis estratégias para se lidar com estes. Capellini *et al*, (2000, p. 5) discorre:

Nesse contexto surge, em 1975, nos Estados Unidos a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (RIO DE JANEIRO, 1981) e o Programa de Ação das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1982) visando implementar tais direitos, amparados legalmente pela lei PL. 94.142/75 (EUA, 1978) que regulamentou oficialmente a colocação de pessoas com necessidades educacionais especiais em ambientes o menos restritivos possíveis, nos Estados Unidos.

A história da educação especial, no mundo, passou por diversas metamorfoses, marcos como esses expostos contribuíram para que o homem desse um grande passo em direção à conquista de uma vida digna, favorecendo um novo olhar em direção a causas como a educação especial.

No Brasil, “o início da Educação Especial se deu no momento em que a sociedade vivia sob a influência do liberalismo, que sustentou as tendências republicanas e abolicionistas” (MAZZOTTA, 1996, *apud* CAPELLINI *et al*, 2000). Nessa perspectiva, de tímido avanço, a educação especial chega ao estágio atual com as devidas configurações. É essa mudança de postura que permite a ampliação no universo da educação, favorecendo a ressignificação da própria atividade docente.

Desse modo, nos dias atuais, temos a garantia de que o direito à educação é universal e assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na qual é mencionado que esta “é direito público sub-

jetivo, podendo ter acesso qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída.” (BRASIL, 1996, Art. 5º).

Nesse sentido, é acrescido ainda que entre as múltiplas obrigações do Estado para com os estudantes, “o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência.” (BRASIL, 1996, Art.4º).

Mesmo mediante a tais garantias estipuladas em lei, nota-se, na prática, que os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado fazem parte do rol dos estudantes que ainda são privados do acesso à educação básica. Mendes (2010. p. 11) socializa afirmando que:

Estatísticas estimadas pela UNESCO (2005) apontavam que nos países pobres e em desenvolvimento, mais de 140 milhões de crianças e jovens não tinham acesso à escolarização básica; e que apenas 2% de uma população dos indivíduos com deficiências, estimada em mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo, estavam recebendo algum tipo de educação.

Essas evidências reafirmam o que vem sendo debatido sobre a extrema urgência de se unir esforços para suprir as necessidades educacionais dessa grande quantidade de alunos que, até então, são privados de acesso e permanência no ensino básico.

Entre as categorias tidas como transtornos detectadas pelos profissionais da saúde, encontra-se a de Transtornos da Linguagem, na qual é dada enfoque nesse estudo. Mas afinal, o que são Transtornos de Linguagem? Aqui, apresentaremos uma noção mais geral do que vem a ser, e um pouco mais a frente a esmiuçaremos com mais detalhes. Fontes (2017, p. 1) esclarece que:

Entende-se por Transtornos de Linguagem os quadros que apresentam desvios nos padrões normais de aquisição da linguagem desde suas etapas iniciais. Entretanto, crianças normais variam amplamente na idade na qual elas iniciam a aquisição da linguagem falada e no ritmo no qual as habilidades de linguagem se tornam firmemente estabelecidas.

“Os distúrbios da comunicação constituem algumas das doenças mais prevalentes, manifestando-se como atraso ou desenvolvimento atípico envolvendo componentes funcionais da audição, fala e/ou linguagem em níveis variados de gravidade.” (MARTINS; PRATES, 2013. p. 54). Como se observa, tal problema afeta as partes centrais que auxiliam na comunicação dos indivíduos, mas consolida-se como algo que pode reestabelecer a função, caso haja um acompanhamento precoce por profissionais da área.

O processo de aquisição e apropriação da linguagem, segundo especialistas, depende de uma série de fatores, nos diversos âmbitos, desde uma boa formação biológica ou orgânica, quando o indivíduo ainda está no ventre da mãe, até uma satisfatória interação social, desde a sua concepção. “A constatação de que as crianças apresentam intenções comunicativas, desde seus primeiros meses de vida, influenciou os estudiosos da linguagem a pesquisarem a fala espontânea da criança em interação com seus pais (BORGES e SALOMÃO, 2003, p. 2).” Após essas pesquisas receberem duras críticas dos inatistas, os estudiosos da teoria da interação social passaram a realizar os primeiros estudos sobre a fala materna apresentada às crianças.

Phillips (1973) e Snow (1977), *in* Borges e Salomão (2003), afirmam que “os pais, especialmente as mães, apresentam uma forma especial de falar a seus filhos, forma essa caracte-

rizada por um léxico e estruturas sintáticas diferentes daquela utilizada na fala com os adultos.” Nesse contexto, as mães, de um modo geral, utilizam uma fala simples, repetitiva, gramatical e semanticamente ajustada ao nível de compreensão e interesse da criança.

Utilizada para a comunicação, a linguagem tornou-se “em grande parte, o mais importante fator para o desenvolvimento posterior da habilidade da linguagem” (SPÓSITO, 2004), fazendo com que se acumulem as informações durante muito tempo. Segundo SCHIRMER *et al* (2004, p.01), “grande parte das queixas relatadas na clínica pediátrica, neurológica, neuropsicológica e fonoaudiológica infantil refere-se a alterações no processo de aprendizagem e/ou atraso na aquisição da linguagem.”

Tal preocupação é compreensível, uma vez que a comunicação é o meio pelo qual os indivíduos buscam interagir uns com os outros. Desta forma, em situações nas quais o ser social apresenta algum comprometimento na forma de interagir, este apresentará grandes dificuldades para se inter-relacionar com os demais.

Assim, compreende-se que:

A análise do desenvolvimento de uma criança é de salutar importância e pode sinalizar como será, no futuro, sua aprendizagem escolar. Crianças com atrasos no desenvolvimento motor, na linguagem/fala, na capacidade sócio-pessoal (social) e na habilidade adaptativa apresentam maiores riscos de ter dificuldades em formar os pré-requisitos necessários para a alfabetização e aprendizagem acadêmica já que se observa que estas crianças terão problemas cognitivos mais pronunciados, como déficits senso-perceptivos, atencionais, visuo-espaciais, de função executiva, na estruturação de linguagem e na integração destas funções cognitivas (CASELLA, 2008, p. 33).

Desse modo, “tais funções formam o alicerce para o preparo acadêmico e para a aquisição adequada de toda a sequência exigida para a aprendizagem básica na escola e estabelecem o comportamento necessário para o aluno ter sucesso.” No âmbito escolar, é uma prática muito comum os docentes receberem discentes com os mais variados tipos de Transtornos da Linguagem. Na maioria das vezes, os professores ficam sem saber como lidar com as especificidades de cada aluno. Fato que necessitaria de uma prévia capacitação, para que estes estivessem melhor preparados para lidar com tal diversidade.

Prates (2011, p. 12), explana que:

Os distúrbios da comunicação constituem algumas das doenças infantis mais prevalentes, manifestando-se como atraso ou desenvolvimento atípico envolvendo componentes funcionais da audição, fala e/ou linguagem em níveis variados de gravidade.

Desta forma, podemos refletir que o desenvolvimento da linguagem é um marco extremamente relevante para a vida e interação social do sujeito, pois é por meio dele que o indivíduo poderá emponderar-se perante a sociedade.

Qualquer anomalia no processo de desenvolvimento linguístico deste ser afetará o seu amadurecimento. Pois falhas na linguagem ao reproduzir a fala, ou o som, podem refletir diretamente em sua interpretação e de modo mais direto também na escrita. Mousinho (2008, p. 6) afirma que “podem levar a criança, por exemplo, a trocar, omitir ou transpor fonemas ou grafemas. A criança demoraria a adquirir a autonomia dos processos de leitura e escrita ou podem culminar com problemas maiores.”

Os Transtornos da Linguagem, e as possíveis estratégias a serem utilizadas pelos profissionais que lidam com seres humanos que possuem tais alterações, têm sido instrumento de discussão nas agendas dos diversos encontros, locais, nacionais e internacionais, pois é uma problemática urgente, que precisa ser melhor estudada para que os educadores possam lidar de forma mais positiva em relação ao novo.

EXPANDINDO OS OLHARES FRENTE AOS TRANSTORNOS DA LINGUAGEM

Levando em consideração que a linguagem é um meio sistemático de comunicação, para que os seres humanos consigam interagir, observa-se que podem surgir dificuldades em diferentes campos da vida do indivíduo, seja no campo social seja no intelectual. Geralmente, tais barreiras se apresentam por algo que é classificado, de um modo geral, como Transtornos de Linguagem.

Assim, vale acrescentar que existem diferentes tipos de Transtornos de Linguagem, embora especialistas afirmem ser mais frequente a presença destes associados a transtornos psicológicos. Dessa forma, muitas crianças, que apresentam problemas ou dificuldades na aquisição da linguagem, possuem problema nos segmentos de leitura e escrita e nos relacionamentos interpessoais, o que conseqüentemente poderá afetar o rendimento escolar.

Um estudo recente, realizado por pesquisadores da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP e Faculdade Assis Gurgacz- FAG, no ano de 2016, demonstra que os fatores que motivaram os pais a realizar os encaminhamentos de seus filhos à clínica centram-se na preocupação em relação ao fato de não avançarem no processo de apropriação da linguagem escrita. Isso acontece, especialmente, no que se refere aos seus aspectos formais, ou seja, a dificuldades relacionadas à sistematização do uso de letras, à conversão grafema-fonema/fonema-grafema e à produção gráfica (MAZZAROTTO *et al*, 2016).

Mas quais seriam as causas para a ocorrência de tais transtornos? Fontes (2017, p. 1) nos informa:

As etiologias das alterações da linguagem e da fala podem envolver aspectos genéticos, degenerativos, lesionais, ambientais e/ou emocionais. Alguns autores classificam os transtornos com base em dois tipos de fatores que podem alterar e incidir desfavoravelmente na evolução da comunicação e da linguagem: fatores orgânicos, sejam eles genéticos, neurológicos ou anatômicos e fatores emocionais.

Há ainda autores que dizem que tais fatos podem resultar mais no adulto, embora os fatores mencionados sejam integrados. Já na criança, considera-se que tais diferenciações estejam ultrapassadas, pois o efeito de qualquer fator orgânico ou psicológico tem repercussão sobre um conjunto de processos psicológicos que possuem influência direta na aquisição da linguagem.

Após a definição e o detalhamento das causas do transtorno de linguagem, faz-se necessário explanar sobre os tipos de transtornos. Estes podem ser classificados em pelo menos três principais, como Dislalia, Disfemia e Afasia.

Quadro 1 – Classificação dos Transtornos de Linguagem

Tipos	Características
Dislalia	<ul style="list-style-type: none"> - Normalmente, até os 6 anos de idade, a maioria dos sons da fala já está adquirida. A dislalia ou transtorno específico de articulação da fala corre quando a aquisição dos sons da fala pela criança está atrasada ou desviada, levando a: - Má articulação e conseqüente dificuldade para que os outros a entendam; - Omissões, distorções ou substituições dos sons da fala; - Inconsistência na concorrência de sons (isto é, a criança pode produzir fonemas corretamente em algumas posições nas palavras, mas não em outras).
Disfemia	<ul style="list-style-type: none"> - A disfemia é conhecida pela dificuldade em manter a fluência da expressão verbal, é um transtorno de fluência da palavra, que se caracteriza por uma expressão verbal interrompida em seu ritmo, de maneira mais ou menos brusca. O tipo mais comum de disfemia é a gagueira, também chamada de tartamudez.
Afasia	<ul style="list-style-type: none"> - As afasias compreendem os transtornos de linguagem causados por uma lesão cerebral, ocorrida após a aquisição total da linguagem ou durante seu processo. Existem diferentes tipos de afasias, porém elas são definidas de acordo com o local lesionado. - Independentemente do local da lesão, a afasia é vista como um transtorno de linguagem no qual existe uma perda parcial ou total da capacidade de expressão dos pensamentos por sinais e da compreensão dos mesmos. Assim, entende-se que a afasia é a incapacidade de compreender a palavra falada, de leitura e escrita, embora essas últimas se apresentem em graus variáveis.

Fonte: Mesquita (2017). Disponível em: <http://www.plenamente.com.br/artigo>.

Sabe-se que as causas que alteram a linguagem e refletem em problemas de aprendizagem são variados. Com isso, diversos são os prejuízos gerados para as crianças e adolescentes que apresentam tais transtornos. Assim, ampliar os estudos nessa área temática é de fundamental importância para ir ao encontro com possíveis soluções.

Com foco em tal contexto, no decorrer desse artigo, buscou-se realizar uma breve visualização da Educação Especial e Inclusiva no município de Rio Branco, com o olhar voltado para os procedimentos utilizados pelos docentes para incluir, em suas práticas de sala de aula, alunos diagnosticados com Transtornos de Linguagem.

Também foi procurado verificar como a escola estudada, que é um grande laboratório em aplicabilidade de práticas docentes, está operacionalizando a inclusão de alunos com deficiência, e, se realmente essa inclusão tem sido efetiva na questão do convívio social e melhoria na qualidade do aprendizado.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

“O método é o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos” (SEVERINO, 1992, p. 121). Assim, o presente estudo utilizou-se da pesquisa colaborativa. Ancorou-se ainda na aplicação de algumas questões fechadas, que foram respondidas pelos professores que atuam nos seguimentos I e II do ensino fundamental de uma escola do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do na cidade de Rio Branco. O objetivo foi compreender como são elaboradas as estratégias de ensino pelos docentes regentes das turmas daquele colégio, para

melhor incluir, em suas práticas de ensino, alunos diagnosticados com Transtornos de Linguagens, e de que forma estas estratégias estão contribuindo para a inclusão de tais alunos.

Logo após, os docentes responderem às questões. Na sequência, as informações foram tabuladas e analisadas, de modo a identificar as diferentes estratégias utilizadas pelos professores para a inclusão dos alunos, e, posteriormente, os dados obtidos foram convertidos em texto.

O fato de o local de estudo ter sido a Rede Básica de Ensino de Rio Branco se deve pelo aspecto de essas escolas também serem uma espécie de laboratórios das universidades, tanto da rede pública, quanto privada de ensino. Nesses espaços, os discentes das diferentes licenciaturas ingressam nas salas de aula, com objetivo de promover, na área educacional, um campo de observação e estágio de complementação das licenciaturas dos cursos superiores. Nessa perspectiva, esses estabelecimentos de ensino são excelentes locais para a investigação científica e experimentação de novas ideias e práticas pedagógicas, tendo em vista as inovações na estrutura e no funcionamento do ensino e os interesses da comunidade.

A escola, na qual foi realizada a pesquisa, trata-se de uma unidade de ensino que se encontra situada em um ponto central do município de Rio Branco. Por questões éticas, foi preferível não explicitar o nome desta e de seus professores, mas se trata de uma unidade de ensino básico. Suas vagas costumam ser muito disputadas pela comunidade rio-branquense e região. A forma de ingresso, utilizada hoje nessa unidade de ensino, ocorre através de sorteio público e ex-offício. Meio a esse contexto, também são ofertadas entre cinco e vinte por cento das vagas para alunos com algum tipo de deficiência.

No que se refere ao processo ensino-aprendizagem, a escola conta com um quadro misto onde é possível encontrar professores efetivos e substitutos. Quanto ao grau de formação é variado (graduados, especialistas, mestres e doutores). No entanto, a escola, em sua grande parcela, não possui a preocupação em ofertar formações específicas na área de educação especial e inclusiva para os docentes, ficando livre a participação ou não destes em cursos preparatórios oferecidos pela secretaria Estadual de Educação ou através de outras instituições privadas.

RESULTADOS

No decorrer da pesquisa, foram entrevistados quinze professores. Dos quinze docentes, cada um era de turmas distintas. Desse quantitativo, quatro afirmaram possuir, em sala de aula, alunos com algum tipo de deficiência, e destes, apenas dois dos alunos foram diagnosticados com Transtorno de Linguagem. Como respostas ao questionário aplicado com uma docente que possui alunos com Transtornos de Linguagem, foram obtidas as seguintes informações:

Não tenho nenhum aluno com deficiência física. Entretanto, tenho quatro alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem bastante significativa, os quais demonstram muita dificuldade de concentração, memorização, dificuldade em reter informações, dificuldades em desenvolver as habilidades de leitura e escrita, de retirar escrita do quadro, entre outros. Conversei com os responsáveis sobre a situação, mas por enquanto, somente um, iniciou a busca por atendimento especializado e o aluno foi acompanhado por psicólogo e recebeu um relatório de dislexia provisório. Como eu já estava investigando, já havia deduzido e por isso, já estava utilizando atividade que atendem alunos com essa necessidade. (Docente A. Rio Branco - AC, 2017).

Como pode ser observado no depoimento da educadora, o docente precisa estar muito bem qualificado para que possa constatar tais transtornos e adotar os procedimentos corretos, bem como conversar com os pais e sugerir o encaminhamento para um especialista, no caso o Fonoaudiólogo.

Em resposta a uma segunda questão mais específica, ao ser indagada sobre a presença de alunos com transtornos de linguagem em sua turma, a docente responde que:

Percebo, neste ano letivo, dois alunos que em alguns momentos apresentam características de dislalia, o que ocasiona a má articulação e consequente dificuldade para que os outros os entendam, e percebo omissões, distorções ou substituições dos sons da fala. Às vezes, eu mesma tenho muita dificuldade em compreender a pronúncia de determinadas palavras ditas pelos alunos. Em conversa informal com as mães destes alunos, informei minha observação e sugeri que as mesmas procurassem atendimento fonoaudiológico para averiguação específica, pois por vezes, identifico disímia (gagueira) durante a expressão verbal dos alunos em questão. (Docente A. Rio Branco - AC, 2017).

É possível imaginar que ter vários alunos em uma única classe que apresentam deficiência não é tarefa fácil, e para tanto, requer uma atenção maior do profissional e da equipe gestora associados à família para que se possam estabelecer estratégias para lidar com tais fatos. Assim, buscando responder ao anseio que culminou essa pesquisa, foi perguntado a uma das docentes qual a estratégia utilizada para melhor incluir esses alunos que são diagnosticados com Transtornos de Linguagem. A professora compartilha alguns de seus procedimentos:

Para incluí-los, posiciono suas cadeiras na fileira da frente, para que os mesmos não se distraiam com os movimentos dos colegas; confecciono jogos/materiais pedagógicos; trabalho com a formação de agrupamentos produtivos, onde o aprender faz dos alunos protagonistas e parceiros uns dos outros; privilegio o tripé: teórico, prático e avaliativo, para que os alunos façam parte da construção do conhecimento durante todo o processo; ofereço reforço escolar no contra turno; faço muito ditado; articulo bem as palavras, fazendo com que o aluno perceba claramente todos os fonemas, com cuidado para não expô-lo diante dos colegas; faço atividade diferenciada, de acordo com a necessidade do aluno; estudo muito para me preparar para a próxima aula... (Docente B. Rio Branco – AC, 2017).

Não é comum, nos demais estabelecimentos de ensino, encontrarem-se profissionais que consigam lidar tranquilamente com tais fatos sem a ajuda da equipe gestora. No entanto, os docentes entrevistados conseguem atender aos procedimentos que são recomendados pelos profissionais da área, sem um efetivo apoio da gestão da escola em que trabalham, ancorando-se apenas em pesquisas por conta própria e ajuda dos colegas de trabalho, o que se consolida como algo muito positivo.

Acredito que consigo por já ter um ritmo de pesquisa sobre minha prática, uma vez que se tornou um hábito buscar entender como os alunos estão aprendendo ou deixando de aprender. Toda semana tenho meu momento de estudo, onde procuro pesquisas que retratem as dificuldades de aprendizagem. Conforme vou pesquisando, confecciono materiais para utilizar como recurso que auxilie os alunos (e eu!) na superação dos desafios. O lado difícil é dar conta de atender tantas diferenças, pois é difícil trabalhar na mesma sala e ao mesmo tempo, com alunos de hipóteses diferentes. Geralmente, alunos com necessidades educacionais especiais, requer um acompanhamento individualizado (na cadeira) por mais tempo e quando estou atendendo quem está com dificuldade, os outros terminam no tempo hábil e ficam inquietos, o que é natural, mas que atrapalha os que precisam de mais atenção. Ou ainda, quando o professor está dando explicação no quadro para quem está dentro do desenvolvimento adequado para o ano,

os que tem dificuldades, não realizam as atividades, pois esses alunos, geralmente apresentam autoestima baixa ou ainda estão construindo a autonomia e isso, faz com que eles só trabalhem se a professora estiver ao seu lado. (Docente B. Rio Branco - AC, 2017).

A formação de continuada de professores é algo primordial, não importando se os docentes já são mestres ou doutores, pois, afinal de contas, os saberes são diferentes e necessitam sempre estarem sendo renovados ou atualizados. Nesse contexto, considerar a escola como local de formação continuada passa a ser um imperativo fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação docente. Porém, não é pelo simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo.

Um trabalho docente repetitivo, mecânico não favorece esse processo. Para que ele se concretize de fato, é preciso que seja capaz de identificar problemas e resolvê-los. Desse modo, no que concerne ao contexto da educação especial não é diferente, é uma corrente que necessita de uma constante ajuda e compromisso de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

DISCUSSÃO

“Entende-se por educação inclusiva o acesso igualitário aos bens educacionais, na rede regular de ensino, para todas as pessoas” (RABÊLLO, 2017. p. 347), incluindo as pessoas que possuem Transtornos de Linguagem.

Assim, a educação inclusiva é uma modalidade de ensino muito ampla que perpassa os diferentes níveis e modalidades de ensino, e deve ter como responsabilidade identificar, elaborar e organizar os recursos e estratégias pedagógicas que visem a superação das dificuldades dos educandos que apresentam algum tipo de limitação. Diante disso, cabe discutir propostas que garantam tanto a evolução e socialização dos alunos, como a aprendizagem e o desenvolvimento das suas potencialidades.

Desse modo, no decorrer do estudo, foi possível constatar que a ação junto às famílias pode contribuir para minimizar os prejuízos iniciais de linguagem que poderiam posteriormente se agravar, sendo de fundamental importância para a detecção precoce do problema. “A família configura-se como uma instituição socializadora, como célula básica da sociedade, cuja importância é decisiva no desenvolvimento do indivíduo” (PORTELA; ALMEIDA, 2009, p. 149).

Proprietária de características únicas, a família possibilita o estabelecimento de vínculos filiais expressos em vínculos de afetividade, não encontrado em qualquer outra instituição. Assim, observa-se a necessidade de uma maior participação desta instituição na escola, o que facilita a interação entre os sujeitos envolvidos, aonde, os problemas e necessidades podem estar sendo apontados nesta interação. Através do intercâmbio família-escola e escola-família, com a realização de reuniões periódicas, por parte da equipe gestora juntamente com os docentes e demais atores envolvidos, torna-se mais simplificada a busca por possíveis soluções.

Não podemos esquecer que “a lógica instituída na educação é a lógica da exclusão, cabe ao trabalho de coordenação pedagógica instituir uma ação que evidencie, na atuação dos

profissionais da educação, a construção de práticas que atendam à diversidade, seja cultural, étnica, de gênero, socioeconômica, psicológica ou físico-sensorial” (CASTRO; GAUTHIER, 2009, p. 317). Nesta esperança, a proposta de educação inclusiva é concebida como uma alternativa para promover, por meio da educação, a conscientização do valor positivo da diversidade cultural que possa favorecer o bem-estar das pessoas.

Nessa perspectiva, foi possível ainda constatar que são múltiplas as estratégias utilizadas pelos docentes da rede básica de ensino de Rio Branco para incluir os alunos diagnosticados com Transtornos de Linguagem e demais transtornos. Os professores buscam seguir as orientações exigidas pelos especialistas para cada especificidade, mesmo sem um estímulo por parte da gestão escolar e demais órgãos governamentais, onde o conhecimento e qualificação são buscados por conta própria.

Observou-se ainda que a composição do corpo docente, formada por profissionais capacitados que visem está sempre se atualizando de acordo com as especificidades, vem contribuindo para um melhor desenvolvimento dos educandos. Também foi possível verificar que o acesso de alunos diagnosticados com deficiência à educação tem crescido muito nas últimas décadas no Brasil, e que o avanço vem desde o acesso a programas de enriquecimento do currículo, ao ensino de linguagem e códigos específicos que auxiliam na comunicação associada a propostas pedagógicas do ensino comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo nos permitiu ampliar o olhar frente à Educação Inclusiva e, mais ainda, frente aos Transtornos de Linguagem. Assim, foi possível compreender, por um lado, que o desenvolvimento da linguagem, bem como a sua aquisição plena permite maior inserção do indivíduo no meio social. Por outro lado, qualquer transtorno que venha afetar o desenvolvimento adequado do discente contribui para retardar o amadurecimento do indivíduo.

Assim, esse estudo traz indicadores de necessidades para efetivar o atendimento educativo adequado visando à permanência e ao progresso dos estudantes com Transtornos de Linguagem na rede de ensino básico de Rio Branco. É preciso que o estado, em parceria com as instituições, promova políticas mais diretas para a inclusão dessas pessoas no espaço escolar.

Em resumo, observa-se que, na perspectiva da interação dos professores com os alunos com Transtornos de Linguagem, assim como também já vem sendo apontando por estudiosos da área, o processo de aquisição da linguagem precisa ser analisado à luz das características individuais e dos aspectos sociais relacionados à criança e ao adulto, tornando necessária uma análise interacional e bidirecional desta relação.

Desse modo, a perfeita harmonia entre o corpo docente da escola, gestão, família e demais profissionais capacitados pode também ser a chave para um efetivo progresso do educando. Nesse contexto, espera-se que as contribuições trazidas com esse estudo possam esclarecer e motivar outros profissionais da educação a buscar métodos e metodologias para incluir todos os seus alunos no decorrer de suas aulas, e assim, possam continuar estudando, pesquisando, investigando e se aprofundando nesta complexa temática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LDB, **Lei 9.396**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acessado em: 01/10/2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Políticos – Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Org. Secretaria de Educação Especial e Diretoria de políticas de Educação Especial. Índice Gestão Editorial. Brasília, 2010.
- BASTOS, M. H. **A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX)**. Cadernos de História da Educação. Uberlândia – MG, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/rogerio/Downloads/35556-Texto%20do%20artigo-145317-1-10-20160824%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rogerio/Downloads/35556-Texto%20do%20artigo-145317-1-10-20160824%20(1).pdf)> acesso: 16 de mar. 2019.
- BORGES, L. C; SALOMÃO, N. M. R. **Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre – RS, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a13v16n2.pdf>> acesso: 16 de mar. 2019.
- BRITES, C; BRITES, L. **Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem**. Londrina – PR, 2017. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/41640517/dificuldades-e-transtornos-de-aprendizagem-pdf>> acesso: 16 de mar. de 2019.
- CAPELLINI, V. L. M. F; MENDES, E.G. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: EM BUSCA DE UM ESPAÇO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. UNESP/ Bauru. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20Lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf. Acesso: 15 out. 2017.
- CASELLA, E. B; COSTA, J. C; AMARO, J. E. **As Bases Neurológicas da Aprendizagem da Leitura e Escrita**. Academia Brasileira de Ciências, 2008.
- CASTRO, A. D. M; GAUTHIER, L. S. **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA – INTERFACE NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. In: DÍAZ, F; BORDAS, M. GALVÃO, N; MIRANDA, T. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Editora EDUFBA. Bahia, 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 2016.
- Declaração dos Direitos do Deficiente**. Resolução n.º 3447, de 9/12/1975, In: O correio, ano 9, n.º 3, março, p. 134, Rio de Janeiro, 1981.
- DIEL, P. F. **As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagogia**. Revista Educação Unisinos. São Leopoldo - RS, 2017. Disponível: <<file:///C:/Users/rogerio/Downloads/11411-56499-1-PB.pdf>> acesso: 16 de mar. 2019.
- FONTES, M. A. **O que são os Transtornos de Linguagem? Causas e Tipos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.plenamente.com.br/artigo/197/-que-sao-os-transtornos-linguagem-causas.php#.WfRaClT5ztQ>. Acesso: 28 out. 2017.
- GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.
- MAZZAROTTO, I. H. E. K; BERBARIAN, A. P; MASSI, G. *et al.* **Encaminhamentos escolares de crianças com dificuldades na escrita: uma análise da posição adotada pela família**. Rev. CEFAC. Curitiba – PR, 2016.
- MENDES, E. G. **OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns**. São Carlos, 2010. Disponível

em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/pesquisas/PROJETO%20ONESP%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL%20REFORMULADA.pdf>. Acesso: 01/10/1017.

MOUSINHO, R; SCHMID, E. **Aquisição e desenvolvimento da linguagem:** dificuldades que podem surgir neste percurso. Rev. psicopedag. vol.25 no.78 São Paulo 2008.

NAÇÕES UNIDAS, **Resolução n.º 37/52.** Programa de Ação das Nações Unidas. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1982.

PORTELA, C. P. J; ALMEIDA, C. V. P. J. **Família e Escola:** como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais. In: DÍAZ, F; BORDAS, M. GALVÃO, N; MIRANDA, T. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Editora EDUFBA. Bahia, 2009.

PRATES, S. C. P. L; MARTINS, O. V - Revista Médica de Minas Gerais. **Distúrbios da fala e da linguagem na infância.** Belo Horizonte/MG, 2011.

RABÊLLO, R. S. **A Formação Continuada do Professor de Arte na Perspectiva de uma Educação Inclusiva.** In: DÍAZ, F; BORDAS, M. GALVÃO, N; MIRANDA, T. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Editora EDUFBA. Bahia, 2009.

SCHIRMER, C.R; FONTOURA, D. R; NUNES, M. L. **Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem.** Rio de Janeiro. 2004. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa11.pdf>. Acesso: 12/08/2017.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo. Editora UNESP. 2004.

Recebido em: 19 de janeiro de 2018

Modificado em: 02 de agosto de 2018

Modificado em: 25 de setembro de 2018

Aceito em: 09 de outubro de 2018

